

## **Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim-Ce e romanização: um patrimônio sob a disciplina clerical (1899-1923).**

Luciana Maria Pimentel Fernandes<sup>1</sup>

[Luxinha7@hotmail.com](mailto:Luxinha7@hotmail.com)

Marcos José Diniz Silva<sup>2</sup>

FECLESC/UECE.

As irmandades religiosas, instituições bastante presentes nas práticas do catolicismo até o século XIX, nos instigam pela sua organização e a maneira de gerenciá-las das quais seus componentes se utilizavam. Na cidade de Quixeramobim, no sertão central cearense, espaço no qual realizamos nossa pesquisa, a existência de cinco dessas associações chamou bastante atenção, e o fato de existir uma, que prestava culto a Nossa Senhora do Rosário, e era composta em sua maioria por negros, nos levou a investigar como essa irmandade ainda funcionava no início do século XX, após ter arrecadado rendimentos para a construção de sua própria capela e reunido um patrimônio considerável, que nesse início de século XX acabava se encontrando sobre controle clerical, por conta de uma postura bem mais fiscalizadora da Igreja Católica, decorrente do chamado processo de Romanização. Segundo um dos compromissos, documentos que regiam a irmandade, a partir de 1896, seu patrimônio ficava sobre controle do bispo e do padre, que precisavam ser consultados para que qualquer decisão fosse tomada dentro da confraria.

Antes de entrarmos diretamente nas práticas que compunham o cotidiano da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Quixeramobim, é importante fazermos um breve debate teórico entre os conceitos que utilizamos; são eles, a sociabilidade (BAECHLER, 1995) que como já percebemos era uma resultante do “ser irmão”, ou seja, fazia parte da Irmandade e estava para além do culto a santa, acabando assim por se estender a todos os níveis da vida social. É dentro dessa sociabilidade que se “misturavam” ricos e pobres de Quixeramobim, como era o caso do Dr. Miguel Pinto de Mendonça e do Cel Rafael Pordeus Costa Lima, tendo o segundo sido irmão honorário da Irmandade entre 1915 e 1918, conforme encontramos nos registros da confraria.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/UECE, no semestre 2013.1.

<sup>2</sup> Professor orientador da pesquisa.

É fundamental percebermos os objetivos que cada um tinha participando da Irmandade e qual o papel deles dentro desse conjunto de irmãos, que muitas vezes estavam para além dos objetivos da confraria, que como ressalta Souza (2006. p.63-63) possuía um:

Projeto social, pelo qual todas as barreiras que os dividiam poderiam ser quebradas produzindo uma comunidade onde as pessoas fossem vistas em igualdade de direito para poderem tomar suas decisões, serem responsáveis umas pelas outras, construindo uma nova identidade de negros.

Nesse sentido concordamos com Baechler (1995. p.97), quando o mesmo salienta que “No interior de cada grupo, os indivíduos estabelecem relações, uma boa parte das quais não têm qualquer relação direta com os fins do grupo”. Assim, pode ser que tenham existido pessoas que participavam da confraria por devoção, mas muitas vezes para se promoverem também, já que encontramos muitas pessoas públicas que estavam constantemente aparecendo no cenário político da cidade.

Entender as diferenças entre os componentes da confraria é analisar e compreender as experiências de cada um, conceito bastante importante, já que estamos falando de pessoas que possuíam uma condição financeira favorável, e daqueles que nem sequer tinham o dinheiro para pagar a anuidade que a irmandade exigia. Sobre a questão da experiência Thompson (1980.p.182) vem debater que “Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas”.

Podemos assim entender que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim era composta por diferentes categorias de sujeitos que agiam de acordo com as suas vivências e seus interesses, e que se a religião, dentro dos grupos, como assevera Bourdieu (1992.p.48):

Cumpram funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes.

Outro aspecto que não podemos deixar de discutir é a questão da identidade dos irmãos do Rosário de Quixeramobim. Sabermos o que determinava o “ser irmão”, onde

entram elementos que estavam presentes nos compromissos da confraria, como por exemplo, o pagamento das anuidades e a participação nos atos da religião, bem como a aplicação de multas ou até expulsão para quem incorresse em atraso. Um fator interessante é como existia, no caso de Quixeramobim, onde havia várias irmandades, elementos para diferenciar uma da outra, que iam desde a cor da opa<sup>3</sup> até a própria forma de se organizarem para as procissões. Todas essas singularidades nos permitem perceber, assim como Pesavento (2005.p.89), que “enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento”.

Uma questão importante é entendermos como a Irmandade cuidava e administrava a capela de Nossa Senhora do Rosário, o porquê da necessidade que esses irmãos tinham de estar constantemente presentes nesse lugar “sagrado”, e nesse sentido lembramo-nos das palavras de Eliade (1996.p.19), quando o autor ressalta a relevância, em um estudo religioso, de perceber-se “de que maneira o homem religioso se esforça por manter-se o máximo de tempo possível num universo sagrado”.

É muito interessante o sentimento de que naquele lugar aconteciam às reuniões da confraria, e as decisões eram tomadas, e é por termos percebido a pouca atenção que a população de Quixeramobim tem dado a religiosidade que sempre foi muito intensa na cidade, que resolvemos fazer essa pesquisa, e mostrar que a Igreja do Rosário é um “lugar de memória”, como assevera Nora (1993. p.13), e que se nós não buscarmos manter essa memória do que aconteceu nesses lugares, o tempo se encarrega de fazê-los cair no esquecimento, e ficaria assim faltando uma parte muito interessante e importante para se compreender a História da nossa Quixeramobim e daqueles que fizeram parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Refletindo sobre a capela que, além de servir para o culto da santa funcionava como sede das reuniões da “mesa regedora” da Irmandade, que se encarregava de produzir toda a documentação da confraria, lembramos o que ressalta Nora (1993. p.13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

---

<sup>3</sup> Nome dado a roupa utilizada pelos irmãos nos festejos religiosos que a irmandade viesse a participar.

Concordamos com o autor supracitado e é interessante percebermos como as Irmandades religiosas em geral tinham a preocupação de registrar suas reuniões, a matrícula dos irmãos que ingressavam e os recebimentos e gastos, é graças a esses registros que conseguimos mergulhar um pouco mais nesse cotidiano e compreender o funcionamento da confraria.

## **As posses da Irmandade e a criação de um patrimônio através dos “Fôros e Laudêmios”:**

Formar um patrimônio para manter-se funcionando com seus próprios recursos era requisito importante para toda Irmandade religiosa, e na de Nossa Senhora do Rosário não foi diferente, pois como Analucia Sulina Bezerra discorre em seu trabalho, a formação desse patrimônio de Nossa Senhora do Rosário teve início desde a construção da Capela, que foi feita praticamente com dinheiro de doações, e faz ainda uma análise de como estava estruturado esse conjunto de bens nos séculos XVIII e XIX, e é interessante perceber que pessoas importantes da cidade, “por devoção”, doaram bens e dinheiro para a santa, que segundo Bezerra (2009. p.157), “era pelo menos proprietária de três casas na sede de Quixeramobim”.

Nesse capítulo pretendemos analisar como estava a situação do patrimônio da Irmandade estudada no início do século XX, já que sabemos que, com a romanização, os bens da confraria passavam a estar diretamente sobre o controle do bispo e dos padres, conforme o compromisso de 1923. Sobre isso Bezerra (2009. p.157) vem ressaltar que:

Mesmo estando o patrimônio ora sob a responsabilidade de um administrador não-Negro, não se desconsidera o controle que os “Pretos” tiveram na administração desses bens e da própria Irmandade. Paradoxalmente, quando houve mais controle da Igreja sobre as Irmandades é que em Quixeramobim vai se verificar um retorno dos “Pretos”, nas pessoas de Julião Barroso e Antonio Matias e outros membros das famílias negras, na administração dos bens patrimoniais da padroeira da Irmandade.

É fundamental entendermos o momento no qual essas famílias negras “retornaram” ao comando das atividades da irmandade de N.S do Rosário, o que demonstra que os mesmos estavam atentos ao que estava acontecendo na Igreja e percebiam a repercussão disso na confraria, vendo a necessidade de aparecerem enquanto sujeitos que possuíam capacidade suficiente para gerenciar a confraria e organizar as festas anuais da padroeira, e dar sua

contribuição para todas as atividades religiosas que acontecessem em Quixeramobim. Bezerra (2009. p.208), vem asseverar que:

As famílias negras tiveram grande importância na condução da religiosidade e festividades católicas de Quixeramobim a partir do final do século XIX. Estavam na administração da confraria de Nossa Senhora do Rosário, assumindo postos importantes na sua estruturação e funcionamento. Isso significava responder perante a sociedade e os poderes eclesiásticos pela capacidade de conduzir os festejos da padroeira e de gerir os recursos que a própria organização acumulou ao longo de sua constituição e história.

Encontramos vários documentos do fim do século XIX onde aparecem dois membros das famílias citadas acima, principalmente na pessoa de Julião Barroso, que chegou a fazer concertos na capela e a ser Juiz da Irmandade, o que revela o seu interesse em manter a confraria funcionando, porém é importante pensarmos como Reis (2009. p.59) quando o mesmo salienta que:

As irmandades não trabalhavam de graça por seus membros. Estes as sustentavam por meio de jóias de entrada, anuidades, esmolas coletadas periodicamente, loterias, rendas de propriedades e legados em testamento. Os recursos auferidos dessas várias fontes eram gastos nas obrigações para com os irmãos e em caridade pública; na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios; na compra de objetos do culto, como imagens, roupas, bandeiras, insígnias; na folha de pagamento de capelães, sacristãos, funcionários; e, não pouco, nas despesas com as festas anuais.

Os livros de Receitas e Despesas<sup>4</sup>, onde se registrava tudo o que a Irmandade recebia e gastava, se fizeram fundamentais para compreendermos a situação desse patrimônio no início do século XX, e conhecermos também as diferentes formas através das quais se arrecadava dinheiro para o patrimônio de Nossa Senhora do Rosário.

O início do século XX, na irmandade estudada, foi um momento de fiscalizações intensas por parte da Igreja, que, como ressaltamos anteriormente, queria incutir novas diretrizes ao catolicismo praticado até então, e em 1914 encontramos um registro de despesa que diz o seguinte: “pagamento da assinatura de um jornal, por ordem do Exm<sup>o</sup> Sen. Bispo Diocesano, a quantia de dezessete mil réis”. Provavelmente esse jornal continha assuntos

---

<sup>4</sup> Os livros que encontramos na casa paroquial de Quixeramobim datam dos anos de 1911-1918 e 1924-1928, porém o segundo livro não inclui somente o patrimônio de N.S do Rosário, mas também o de Santo Antônio, que é o padroeiro da Igreja matriz da cidade, o que pode ser visto também como momento no qual a Irmandade estava “enfraquecida” e seu patrimônio foi incorporado ao de Santo Antônio.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

referentes à nova postura que se esperava dos padres na condução do culto católico, mas as irmandades, no geral, possuíam características bastante peculiares o que tornava difícil uma adaptação ao que se esperava delas naquele momento, daí a “ordem” do bispo para que se assinasse o jornal e tivesse contato com os assuntos que a igreja julgava necessários para a irmandade naquele momento.

É relevante percebermos a importância da Irmandade para a economia da cidade, que, no início do século XX estava crescendo e se desenvolvendo, e com o aluguel ou foro dos terrenos pertencentes à confraria, se gerava mais riqueza, pois quem alugava iria dar utilidade aquele pedaço de terra, como vemos no livro de receita e despesa um registro do ano de 1911, que diz o seguinte: “Recebido de Antonio Ignácio Ferreira e Silva, procurador do Sítio Serrinha, deste patrimônio, cinquenta mil réis, meiação da borracha extraída no mesmo sítio, em 1909”.

A preocupação que os irmãos tinham com as suas posses e a tentativa de protegê-las da tentativa da igreja de incorporá-las ao patrimônio de Santo Antônio ficam claras quando, no ano de 1915 se tem a seguinte despesa “importância paga pela compra de uma trena p□ medição de terrenos do patrimônio, quatro mil réis”. Infelizmente a proteção dos irmãos não tem muito efeito, pois como já comentamos, no livro de receita e despesa de 1924 a 1928, os patrimônios de N.S do Rosário e Santo Antônio constam no mesmo livro, e inclusive consta que a quantia arrecadada com o patrimônio de N.S do Rosário foi entregue por Julião Barroso na matriz e registrada em livro.

Algo no mínimo curioso que encontramos nos registros de receita e despesa de 1924 é o seguinte:

Patrimônios de Santo Antonio e N.S do Rosário de Quixeramobim:

Saldos em 31 de Dezembro de 1924:

Patrimônio do Rosário: 804.947

“ de S. Antonio: 4.185

809.132

Percebe-se assim que o saldo do patrimônio de N.S do Rosário era bem superior ao saldo de Santo Antônio, o que nos leva a crê que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário tem mais importância no que é hoje o patrimônio de Santo Antônio do que imaginamos, tendo



assim esses rendimentos contribuído para o dito santo ao serem “incorporados” para o patrimônio do mesmo, favorecendo seu crescimento.

Os aforamentos<sup>5</sup> dos terrenos rendiam um bom dinheiro para a Irmandade, e eram todos registrados em livros, demonstrando a seriedade e a organização com a qual a confraria trabalhava seu patrimônio e o mantinha organizado e “sob controle”.

Outra fonte de renda que a Irmandade possuía eram os chamados laudêmios, quantidades pagas pelos que compravam terras pertencentes a Nossa Senhora do Rosário, como consta nas receitas do ano de 1911. “Recebido de José de Mello da Silva, de laudêmio 2% sobre cinquenta mil reis por quanto comprou uma caza a Gabriel [...], nesta cidade, a R. do Progresso”.

Alugar suas casas também era uma atividade praticada pela irmandade de N.S do Rosário de Quixeramobim, o que acabava rendendo um bom dinheiro, como consta numa receita de 1913 que diz “Recebido de Julio Ferreira da Silva, de aluguel da casa da confraria, dos meses de Janeiro a Março, quinze mil réis”. O aluguel da casa era bom tanto pelo dinheiro arrecadado quanto pelo cuidado que o inquilino tinha em zelar a casa, não sendo essa uma preocupação para a confraria.

As mais diversas formas de se arrecadar dinheiro eram criadas pela Irmandade, e encontramos um recebimento do ano de 1913 onde se diz “Recebido de aluguel de uma grinalda, oferecida por uma devota para tal fim, dois mil réis”. O fato de uma devota ter feito a doação da grinalda e criado uma forma da mesma se converter em dinheiro para a confraria é um fato bastante interessante, e nele percebemos a solidariedade e a dedicação desses irmãos ao culto de N.S do Rosário.

É relevante analisarmos um registro de Junho do ano de 1911, que diz o seguinte: “Recebido do procurador da câmara municipal, seis mil quinhentos e sessenta reis, de foros do mercado, corresp □ a 1911”. Outra receita demonstra que a irmandade era dona também do hotel que ficava situado na praça da estação da cidade. Tais registros mostram que a confraria era detentora de posses de bastante valor, o que denota uma posição de destaque e nos instiga ainda mais a compreendermos como um grupo que tinha na maioria de seus membros pessoas simples conseguiu formar um patrimônio tão valioso para Nossa Senhora

---

<sup>5</sup> “Aforamento significava possibilitar o domínio útil de um imóvel ou terreno em troca de pagamento módico em dinheiro ou em bens produzidos”.( BEZERRA, 2009. p.154)

do Rosário, que aos poucos foi se “perdendo” por entre as posses do “Glorioso Santo Antônio”.

Analisando as “Receitas e Despesas” da confraria pudemos observar que uma quantidade considerável do dinheiro que se arrecadava era destinada ao pagamento de celebrações de missas na capela do Rosário ou às melhorias para a mesma capela, tendo sido feitos vários consertos na pequena igreja entre os anos de 1915 e 1918, o que observamos ser uma preocupação constante da confraria manter sua capela em bom estado. Para que se possa compreender melhor como isso funcionava, ao final desse capítulo teremos uma tabela com as principais fontes de recebimentos e gastos da irmandade estudada.

Sobre as dificuldades pelas quais a Irmandade estava passando no início do século XX gostaríamos de salientar um documento que traz uma lista de irmãos que estavam devendo à confraria, o que nos proporciona uma compreensão mais ampla do momento que a mesma estava vivendo, recebendo menos e gastando cada vez mais. O documento traz o seguinte:

Lista dos irmãos que se hacha ematrazo para com a confraria de Nossa Senhora do Rozário a contar de 1910 a 1922 dispensando a ameaça geral desta confraria as formalidades relativas do art-6 de seu compromisso. Em 30 de Dezembro de 1922.<sup>6</sup>

É curioso termos encontrado nessa lista dos irmãos devedores, os nomes de José Filício Cavalcante, que era tenente, e de Pedro Teles de Menezes, que era boticário, e do Dr João Paulino de Barros Leal Filho. Será que essas pessoas não pagavam suas anuidades porque não queriam? Será que a Irmandade havia perdido o sentido para essas pessoas, daí o atraso, questões para pensarmos.

Para finalizar esse tópico é importante mencionarmos o fato de, no ano de 1925, aparecer, pela primeira vez, um déficit nas contas de receita e despesa que incluíam os patrimônios de N.S do Rosário e S. Antônio, fato esse que merece ser investigado com mais aprofundamento, visto que os valores que se recebiam aumentavam, com o que estava se gastando tanto? Questão para outro momento.

## **Padres mais presentes “celebrando missas pelos irmãos”, um efeito da Romanização?**

---

<sup>6</sup> Documento disponível na casa paroquial de Quixeramobim, contendo uma lista de irmãos devedores, datado do ano de 1922.



Entender a situação na qual a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim se encontrava no início do século XX, é compreender também que existia uma presença muito forte dos padres em todas as práticas da confraria, principalmente realizando a celebração de missas na capela do rosário, serviço pelo qual os mesmos cobravam e acabava sendo um gasto constante nos registros analisados.

Nesse tópico resolvemos fazer uma breve discussão sobre essa presença dos padres na irmandade, tendo como base os livros de receitas e despesas onde constam os pagamentos pelas celebrações que faziam na capela de Nossa Senhora do Rosário, que em sua maioria diziam o seguinte: “pago ao Rvm □ Sem Vigário pela missa celebrada na capella, aos 2 de 8bro de 1910, pelos irmãos, cinco mil réis”. Tal fato comprova que nesse momento não havia padre para a capela da irmandade, sendo necessário, portanto que o pároco da igreja matriz fosse até lá para celebrar as missas.

A missa, além de um direito para os irmãos que morriam, sempre foi parte importante do culto católico até os dias de hoje, e era uma oportunidade dos padres conhecerem os membros da irmandade e mais ainda, fiscalizar se eles participavam devidamente da celebração, se sabiam como comportar-se no momento da mesma e se participavam dos sacramentos da igreja, daí a necessidade de haverem celebrações de missas na capela de N.S do Rosário, para satisfazer as obrigações da confraria.

Ainda sobre as missas celebradas na capela do Rosário, de acordo com o período que analisamos acreditamos que a maioria das mesmas devem ter sido presididas pelo então pároco da matriz de Santo Antônio, Salviano Pinto Brandão, que de acordo com Simão (1996. p.106), esteve à frente da paróquia de 1875 até 29 de agosto de 1915, data do seu falecimento. Encontramos também um registro de despesa com celebração que diz o seguinte “pagamento ao Rvm □ Pe. Braulio Figueira de Vasconcellos, pela missa celebrada na capella aos 15 de agosto de 1915, cinco mil réis”. Provavelmente o padre Salviano Pinto nesse momento já estava afastado por motivo de doença, daí a presença de outro padre, porém procuramos o nome do padre citado na lista dos vigários da paróquia de Santo Antônio feita por Simão e não o encontramos, percebendo assim que, do mês de agosto de 1915 a março de 1916, data da chegada do padre Aureliano Mota, não consta o nome de nenhum padre fixo na paróquia de Quixeramobim, porém Pordeus (1956. p.96-97), ao retratar sobre a morte de Mons. Salviano Pinto menciona a presença do padre Braulio ao asseverar que:

Na capella do cemitério foi collocado o fúnebre caixão e, junto à cova, fizeram ouvir em phrases sentidas e eloqüentes o dr. José Fructuoso Dias Netto, o acadêmico Lauro Nogueira e o Padre Braulio de Vasconcellos. Falecendo Monsenhor Salviano, ficou à frente da Freguesia o Pe. Braulio Vasconcelos, que já vinha exercendo o coadjutorato.<sup>7</sup>

Entre os anos de 1910 e 1915, muitas missas foram celebradas na capela do Rosário, porém percebemos que a ultima celebração se deu no dia 3 de Outubro de 1915, e depois dela não encontramos nos registros da confraria nenhuma anotação referente ao pagamento de missa, não sabemos assim se continuaram a haver celebrações na capela e os irmãos não pagavam mais ou se as mesmas passaram a ser praticadas somente na igreja matriz da cidade.

Para finalizar esse tópico, não era só nas missas da capela de N.S do Rosário que a irmandade dava as suas contribuições. Encontramos registros dos anos de 1915 e 1917 onde aparecem gastos com a compra de fogos para serem usados nos festejos de benção da matriz de Santo Antonio, que nesse período passava por uma reforma e só foi reinaugurada pelo padre Aureliano Mota em Agosto de 1916, era assim uma forma de a confraria participar dos eventos religiosos mais importantes da cidade e mostrar que ainda estava “viva”, mesmo submetida a tantas tentativas de controle por parte da igreja.

### **As “Esmolas”: Uma prática rentável:**

Ter alguém designado para se pedir esmolas era também uma forma de se arrecadar dinheiro para a irmandade, e tivemos a oportunidade de encontrar nos livros de receita e despesa diversos irmãos que foram prestar contas das “esmolas da bolsa”, e entregar o dinheiro que haviam arrecadado, como na receita que se segue, do ano de 1911: “Recebido de Sebastião José de Carvalho, dezoito mil cento e sessenta réis, de esmolas da bolsa no mez de fevereiro do corrente ano”.

Chamou-nos muita atenção desde a primeira vez que vimos especificadas no Compromisso de 1899, as diversas competências dos irmãos “esmoléuz”, e a multa que deveriam pagar caso não aceitassem o cargo, o que demonstra a seriedade e a importância que era atribuída ao recolhimento das esmolas.

Artº 45º: Compete-lhes:

---

<sup>7</sup> PORDEUS, Ismael. Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim. In Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1956. p. 96-97. O coadjutorato é uma expressão que se refere a um padre que auxilia o vigário da paróquia.

§1º: aceitar este encargo, tirando az esmollaz por toda cidade, com **atividade e aplicação**. (grifo meu).

§2º: Prestar contaz no fim do mêz, da quantia resultante daz esmollaz.

Artº 46º: Os irmãoz esmolerez podem junntar entre si oz mezes que lhes fôrem designadoz.

§único: pagará a multa de dous mil réis, o irmão que for designado para tirar esmollaz e a isto recusar-se.

Dar a esses irmãos a oportunidade de se dividirem por categorias é também um fator que proporciona a sociabilidade do grupo, mesmo nas coisas simples que compunham o dia a dia da irmandade, como era o fato de se recolher doações para a santa, se construía essa convivência e se davam relações no cotidiano dessas pessoas, que muitas vezes ultrapassavam o âmbito puramente religioso. É por isso que decidimos dar essa atenção a esses que, aparentemente podem parecer elementos que não terão muito a nos dizer sobre a história da irmandade de N.S do Rosário de Quixeramobim, mas quando analisamos vemos e sentimos a importância de cada um para a confraria. Sobre isso concordamos com Martins (2010. p.12), quando o mesmo assevera que:

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou se oculta.

Além das esmolas que eram recolhidas pela cidade de Quixeramobim, encontramos registros que mostram momentos onde se arrecadava em “caráter especial”, como por exemplo, o que se vê no registro seguinte do ano de 1913 “Productio das esmolas agenciadas para o consêrto do frontispício<sup>8</sup> da Capella, em dinheiro, por diversos devotos, a quantia de noventa e três mil seiscentos réis”.

As devoções são outro elemento interessante, que tem muito a ver com as esmolas arrecadadas pelos nossos irmãos. Muitas vezes a pessoa nem participava da confraria, mas sua devoção por N.S do Rosário era tanta que a levava a fazer doações em dinheiro para a santa, como nesse registro de receita de Agosto de 1913: “Recebido de esmola para o cofre, por uma devota de Nossa Senhora do Rosário, dois mil réis”. Quando se tratava de uma pessoa importante da cidade, como eram os casos do capitão José da Silva Nogueira, ou do coronel

---

<sup>8</sup> Fachada da Capella.

Rafael Pordeus Costa Lima, sempre que os mesmos pagavam as suas anuidades era ressaltado no registro que era “por devoção”, o que reforça, a nosso ver, uma tentativa da irmandade de expressar seu caráter religioso e de mostrar que aquelas pessoas importantes da cidade não participavam da confraria apenas para se promoverem perante a população da cidade.

Um artigo de Reis (1997. p.4) vem trazer algumas questões importantes para analisarmos, sobre as chamadas “solidariedades coletivas”, e a busca por uma “identidade” dentro da irmandade, bem como a entrada dos brancos nas irmandades negras e como isso repercutiu em tudo o que aconteceu na confraria no início do século XX. Para o autor:

Os brancos procuraram participar das irmandades de cor como estratégia de controle, não obstante muitos talvez o tenham feito por sincera devoção. Ou, mais concretamente para salvar a alma. Os pretos os aceitaram por várias razões: para cuidar dos livros, por não terem instrução para escrever e contar, para receberem doações generosas, vez que não tinham como sustentar sozinhos a irmandade, ou ainda por imposição pura e simples.

Muitas eram as maneiras com as quais se escrevia a doação de esmolos para N.S do Rosário, dizia-se ter recebido “para o culto”, “por mão de um (a) devoto (a)”, determinadas quantias especificadas nas receitas e despesas, que nos levam a crê que os rendimentos provenientes das mesmas eram de bastante importância para a manutenção da irmandade e que se torna imprescindível conhecer essa prática para se estudar qualquer grupo de fins religiosos, como eram as irmandades.

## Referências Bibliográficas:

BAECHLER, Jean. **Grupos e sociabilidade. In: Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BEZERRA, Analucia Sulina. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens negros de Quixeramobim. (Ceará-Brasil) Identidade e Sociabilidade.** Universidade Lion2. França, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade Do Homem Simples.** 2ª.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, PUC.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORDEUS, Ismael. **Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim.** In Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1956.

REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **“Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”**, In. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n.3, jun 1997.

SIMÃO, Marum. **Quixeramobim, Reconpondo a História.** Fortaleza, 1996.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Irmandade e festa: Rosário dos pretos de Sobral-CE 1854-1884.** Fortaleza: Edições NUDOC, 2006. Coleção Mundos do Trabalho.

THOMPSON, Edward. **A miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.